

A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DADA PELA PRESIDENTE DO INE NÃO ESCLARECEU NADA SOBRE AS DÚVIDAS MAIS IMPORTANTES, E DEIXOU AINDA MAIS DÚVIDAS

Já depois de termos elaborado a nota anterior sobre a alteração metodológica que o INE pretende introduzir a nível do inquérito sobre o emprego e desemprego em Portugal, e perante a crítica generalizada, a presidente do INE deu uma conferência de imprensa que tinha como objectivo, segundo os responsáveis do INE, esclarecer as dúvidas que se levantaram sobre a fiabilidade futura dos dados sobre o desemprego. No entanto, nessa conferência, de acordo com os relatos dos órgãos de comunicação social, a presidente, que se irritou quando as perguntas eram incómodas, não esclareceu as questões mais importante, tendo deixado ainda mais dúvidas.

Em primeiro lugar, a responsável pelo INE informou que só a primeira entrevista seria presencial e as seguintes seriam feitas às mesmas pessoas, se elas aceitassem, através de telefone. No entanto, não esclareceu como é que resolveria o problema dos que não têm telefone, porque não têm dinheiro para o pagar. Será que o INE vai oferecer um telefone? . Ou serão excluídos no futuro? Se esta última “solução” for a adoptada, então caminhar-se-á para a situação em que amostra assentará fundamentalmente em quem tem telefone, determinando o seu enviesamento.

Em segundo lugar, e isso, a nosso ver, é também grave, a amostra deixaria de ser aleatória a partir da primeira entrevista, passando a ser fixa, pelo menos a maioria, já que seriam depois inquiridos durante vários trimestres sempre os mesmos. Por outras palavras, só na primeira vez é que todos os inquiridos seriam escolhidos aleatoriamente (ao acaso de uma forma científica). A fixação da amostra, ou da maioria dela, ao longo do tempo permite, como é evidente, manipulações fáceis. Basta arranjar emprego para um conjunto de inquiridos, e como são fixos ao longo de vários trimestres há tempo para isso, e desta forma alteram-se os resultados. Só a introdução da aleatoriedade na construção da amostra em cada trimestre é que permitiria, a nosso ver, garantir, por um lado, a representatividade da amostra e, por outro lado, que aquela manipulação fosse praticamente impossível, já que os inquiridos poderiam ou mesmo mudariam em cada inquérito impedindo assim que pudesse haver certeza de que qualquer processo de manipulação resultaria, o que o desmotivaria à partida, embora dificultasse a análise dos fluxos . No entanto, parece que a “solução” que vai ser adoptada é a de substituir apenas 1/6 da amostra em cada trimestre, o que nos parece insuficiente para garantir a fiabilidade dos resultados.

Uma outra questão que a responsável do INE não esclareceu, e isso é grave sob o ponto de vista de credibilidade técnica dos resultados do inquérito (e não só), é a quebra da série temporal (continuidade temporal) dos dados do inquérito, ou seja, a impossibilidade de comparar os dados sobre o desemprego obtidos em 2001 e nos anos seguintes com os dos anos anteriores a 2011. Esta quebra de continuidade deve ter como razão a eliminação de várias perguntas importantes que existiam no inquérito anterior e que deixarão de constar do novo inquérito, embora o conteúdo deste continue no “segredo dos deuses”, o que não era habitual no passado.. E as questões que interessava que tivessem sido esclarecidas e que não foram, de acordo com o divulgado pelos órgãos de comunicação social, foram as seguintes: Que perguntas foram eliminadas? Por que razão foram eliminadas? Quais as comparações com os dados anteriores que deixaram de se poder fazer? E qual a sua importância para se ter dados credíveis sobre o emprego e desemprego efectivo e real em Portugal e suas características?.

Finalmente, ainda uma outra questão grave, e contrariamente ao que era habitual no passado, resulta do facto de tanto o conteúdo do novo inquérito como os resultados obtidos durante mais de um ano pela aplicação a título experimental do novo inquérito e da nova metodologia terem sido ocultados, pelos responsáveis do INE, ao Conselho Superior de Estatística e aos seus membros de que fazem parte os parceiros sociais. E a situação é ainda mais grave por se saber que só se verificaria uma quebra na série temporal se os resultados obtidos com o novo inquérito e com a nova metodologia fossem muito diferentes dos obtidos com a metodologia que foi utilizada até 2010. E sabe-se que em Espanha, por ex., a utilização do método telefónico determinou o aumento dos números dos empregados e a diminuição do número dos desempregados.

Portanto, tudo isto são questões que deviam ter sido, a nosso ver, total e cabalmente esclarecidas pelos responsáveis do INE e que, segundo os dados divulgados pelos media, não foram.

A justificação dada pela responsável pelo INE de que a taxa de respostas tinha diminuído não colhe, até porque estudos realizados em diversos sectores levaram à conclusão que a taxa de resposta é superior nos inquéritos presenciais do que nos inquéritos feitos por telefone. Assim também não colhe a justificação de que o INE já tinha gasto centenas de milhares euros na montagem de uma espécie de “call center” para fazer inquéritos, e que agora não podia recuar. Antes de o fazer deviam ter analisado muito bem todas aquelas questões e esclarecido cabalmente tanto os parceiros sociais como todo o País, pois o que está em jogo é a credibilidade técnica de dados sobre o problema social mais grave e dramático que os portugueses enfrentam neste momento. Esperamos que o bom senso impere neste campo, e que os responsáveis do INE façam o trabalho que parece não quiseram ou não souberam fazer.

Como é fácil de concluir as alterações que os responsáveis do INE pretendem introduzir não são uma matéria de pouca importância, nem é uma questão que interessa apenas aos técnicos. Para se poderem tomar medidas adequadas para combater o desemprego em Portugal é preciso conhecer com fiabilidade o desemprego efectivo e real existente e as suas características.

Eugénio Rosa, Economista, edr2@netcabo.pt